

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.103 - SP (2018/0216270-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **IMARA FONSECA VEIGA**  
**ADVOGADO** : **ERIC FONSECA VEIGA - SP182401**  
**AGRAVADO** : **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A**  
**ADVOGADO** : **ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - SP237754**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE EXTINÇÃO DA LIDE COM ESTEIO NA SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO. ALEGAÇÃO POSTERIOR DE ERRO MATERIAL. PRECLUSÃO LÓGICA. CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL, INDEPENDENTEMENTE DE FUTURA ANÁLISE DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL, ANTE O TEOR DOS FUNDAMENTOS DO APELO EXTREMO. AGRAVO PROVIDO. CONVERSÃO EM RESP.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Imara Fonseca Veiga, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal assim ementado (e-STJ, fl. 61):

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DECLARATÓRIA Fase de cumprimento de sentença Decisão que recebeu a impugnação da executada. Alegação de preclusão lógica. INADMISSIBILIDADE: Pedido de extinção do processo que ocorreu por mero erro escusável. Possibilidade de recebimento da impugnação da devedora com base nos princípios da cooperação, boa-fé e razoabilidade. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, alegou a recorrente violação ao art. 1.000 do CPC/2015, além da existência de divergência jurisprudencial, ao argumento de que a recorrida, após expresso pedido de extinção do processo com depósito da condenação, protocolizou impugnação ao cumprimento de sentença. Buscou, assim, o reconhecimento da preclusão lógica.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 207).

A decisão agravada (e-STJ, fls. 208-209) inadmitiu o recurso especial pela incidência do óbice da Súmula 7 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

No presente caso, consta do acórdão recorrido que a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. "depositou nos autos a quantia indicada pela autora e pediu a extinção do processo nos termos do art. 924, inciso II do CPC", sem qualquer ressalva de que se tratava de garantia do juízo (e-STJ, fl. 62).

Poucas horas depois, a agravada protocolizou uma petição, na qual esclareceu que o depósito havia sido feito em caráter de garantia do juízo.

Consignou o Colegiado estadual que se constitui simples erro escusável, com base no princípio da cooperação e da boa-fé entre as partes (arts. 5º e 6º do CPC/2015) e concluiu que não houve preclusão lógica, tendo em vista que não houve a aceitação tácita do valor impugnado (e-STJ, fl. 64).

Confira-se o trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 199, sem grifo no original):

A questão da preclusão lógica foi pontualmente apreciada no recurso. Ademais, restou consignado que “em função do curso lapso de tempo entre as manifestações da devedora, está demonstrado que o pedido de extinção do processo ocorreu por mero equívoco escusável e não em razão da aceitação tácita do valor indicado pela autora” (fl. 63). Dessa forma, **conclui-se que o art. 1000 do CPC é inaplicável em função da falta de aceitação tácita do valor impugnado.** Constou ainda que: “Nenhuma violação houve a dispositivo do CPC, mas aplicação prática de sua base de princípios” (fl. 64). Portanto, nada há para ser declarado.

Tendo em vista os fundamentos da insurgência, afigura-se conveniente a apreciação do recurso especial, sem prejuízo da futura análise dos requisitos de admissibilidade recursal, razão pela qual dou provimento ao agravo para convertê-lo em recurso especial.

Após a reautuação como recurso especial, retornem os autos conclusos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

